

DO ABANDONO À PERMANÊNCIA: EM EXAME AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS CATARINENSES

Línea Temática - Políticas nacionales y gestión institucional para la reducción del abandono

Tipo de comunicación - oral

Jordelina Beatriz Anacleto Voos

Universidade da Região de Joinville/UNIVILLE - Brasil

E-mail: jovoos@gmail.com

Marília Costa Morosini

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS - Brasil

E-mail: marilia.morosini@pucrs.br

Resumo – O estudo que ora se apresenta situa-se no campo da educação, especificamente, ao que se refere ao ensino superior e às políticas de permanência de estudantes. A pertinência da investigação é revestida de relevância pela ausência de informações, ou de informações acessíveis, no sistema catarinense de educação superior. Considerou-se, ainda, que o ensino de graduação tem se mostrado de grande importância, no contexto brasileiro e catarinense, no que tange ao financiamento, à expansão e à inclusão. Entretanto, de acordo com os censos da educação superior, o fenômeno da evasão e ou de abandono dos estudantes, ainda, constitui um problema. A investigação caracteriza-se como uma pesquisa documental. Foi feito o levantamento de documentos produzidos por 10 universidades comunitárias, catarinenses, filiadas à Associação Catarinense das Fundações Educacionais sobre políticas de permanência dos estudantes nos cursos de graduação. As técnicas para coleta de dados foram: seleção de documentos, análise, interpretação e contextualização dos dados. À luz do exposto, constituíram-se três dimensões: modelos organizacionais, formação e qualidade social e políticas de atendimento aos discentes, tornando-se possível descrever os resultados. Constatou-se que, apesar dos esforços dos gestores, das IES pesquisadas, o planejamento e a execução de ações para responder às pressões das demandas e a ênfase nas necessidades assistenciais dos estudantes, têm provocado o distanciamento entre a base de formulação e de execução de políticas voltadas à permanência dos estudantes nos cursos de graduação. Nesse sentido, ficou evidente a necessidade de constituição de outra agenda para as universidades comunitárias, redimensionando as ações institucionais, para conter o abandono na Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE.

Palavras-chave: Ensino Superior. Universidades Comunitárias. Abandono. Permanência.

1 Considerações Iniciais

Morosini (2011, p. 294) escreve que o “ensino superior, no Brasil, mesmo quando comparado a congêneres latino-americanos, é de criação recente. As tentativas de criação de universidades não saíram do papel, nem mesmo com a proclamação da Independência em 1822 e da República em 1889. Até 1941 a legislação estimulava a livre iniciativa e os estabelecimentos destinados a

ministrar cursos de ensino superior podiam ser fundados e mantidos pelos poderes públicos locais, pelas pessoas físicas e pelas pessoas jurídicas de direito privado.

Porém, o estado de São Paulo, em virtude da Revolução Constitucionalista de 1932, como forma de protesto, reúne os seus cursos superiores e cria a Universidade de São Paulo. Depois, nascem as Pontifícias Universidades Católicas, nas décadas de 1940 e 1950, instalando-se no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Campinas.

Na metade do século XX, precisamente nas décadas de 50 e 60, o governo federal cria universidades, pelo menos uma, em cada estado, estabelece a gratuidade e federaliza antigas IES estaduais e privadas. Mas estas não respondem às demandas por situarem-se nas capitais. Então, emergem novas universidades confessionais, particulares, estaduais, faculdades isoladas e fundações municipais, em virtude da legislação que previa a descentralização do ensino superior.

Integrante da Região Sul do Brasil, o estado de Santa Catarina, não fugiu à regra. Até 1964, a única instituição de ensino superior existente no estado, era a Universidade Federal de Santa Catarina, criada pela Lei nº 3849 de 18/02/60, que congregou todos os estabelecimentos isolados em Florianópolis, a capital do estado. Mas a centralização do ensino superior na capital dificultava o acesso da população interiorana e distanciava do desenvolvimento, social e econômico de outras regiões prósperas e produtivas do estado. Empresários e líderes educacionais das comunidades do interior, passaram, então, a reivindicar fortemente a criação de Faculdades, defendendo a tese da interiorização e regionalização do ensino superior.

O processo iniciou no município de Lages, em 1959, seguido por outros municípios, a partir do ano de 1995. Aderindo ao movimento, o governo do estado criou a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), com sede em Florianópolis, e Faculdades em Joinville e Lajes, também, no ano de 1995. Entretanto, não sendo o suficiente, o processo de interiorização e regionalização do ensino superior, naquela altura, materializou-se em face da criação das Fundações Educacionais, pelo poder público municipal, que se constituíram em solução para o problema da crise do ensino universitário no estado catarinense.

Nesse sentido, o processo de interiorização e regionalização do ensino superior, em Santa Catarina, foi marcadamente político e seguiu o mesmo caminho do processo de colonização. Deslocou-se do litoral para o planalto e para o oeste, podendo-se inferir que a implantação das Instituições de Ensino Superior não resultou de estudos ou de diagnósticos. Ao contrário, representou o interesse coletivo de comunidades locais e regionais onde as instituições se enraizaram, seguindo o mesmo padrão. Em 1974 constituíram a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE).

Na interpretação de Ricken (1981), a distribuição geográfica das instituições criadas, em municípios de médio porte, foi estratégica, representando o poder político e econômico local e regional e à medida que foram tornando-se importantes no cenário estadual, aglutinaram forças e organizaram-se em uma entidade representativa, objetivando, pela troca de experiências, encontrarem soluções para problemas comuns e, assim, melhorar o desempenho da gestão. Desta forma, a missão da ACADE foi se cumprindo. Denominadas como instituições comunitárias, as afiliadas, com o planejamento conjunto de cursos superiores estratégicos, garantiram o atendimento à demanda dos estudantes e, gradativamente, articularam-se e empenharam-se na configuração de um novo ente institucional, a universidade.

Nas décadas subsequentes, 1980 e 1990, além da UFSC e da UDESC, Santa Catarina já possuía 10 universidades e 4 centros universitários, comunitários. Na figura 1, que segue, apresenta-se a configuração atual das fundações.

FUNDAÇÃO	UNIVERSIDADE	SIGLA	RECONHECIMENTO
FURB	Universidade Regional de Blumenau	FURB	1986

FESSC	Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	1989
FURJ	Universidade da Região de Joinville	UNIVILLE	1995
FEPEVI	Universidade do Vale de Itajaí	UNIVALI	1989
FUOC FEMARP FUNDESTE	Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	1995
FEARPE FUNPLOC FUNORTE FEAUC FEPLAC	Universidade do Contestado	UnC	1997
UNIARP	Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe	UNIARP	2009
FUCRI	Universidade do Extremo Sul Catarinense	UNESC	1997
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense	UNIPLAC	1999
FUNDESTE	Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNOCHAPECÓ	2002
FEDAVI	Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	2001
FERJ	Centro Universitário de Jaraguá do Sul ¹	UNERJ	2000
FEBE	Centro Universitário de Brusque	UNIFEBE	2003
FEBRAVE	Centro Universitário Barriga Verde	UNIBAVE	2006

Figura 1. Configuração das fundações – as universidades e os centros universitários

Fonte: Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE

Embora, se constate que, a concepção, a variedade de cursos oferecidos e a capilaridade das universidades congregadas, haja vista o número de estudantes atendidos (54% das matrículas) o sistema ACAFE não se compara aos demais sistemas públicos, seja federal, estadual, ou municipal, estabelecidos no estado catarinense. Mas ao que se refere aos estudos sobre o abandono ou políticas de permanência, de seus estudantes, não foram encontradas informações. Se existem, não estão acessíveis. Neste contexto, emergiu o problema. Tornou-se necessário investigar: *quais são os indicadores de políticas, adotados pelas universidades comunitárias, para minimizar o abandono e assegurar a permanência dos estudantes, no ensino de graduação?*

Cabe, ainda, informar que o Estado de Santa Catarina, em relação ao Brasil, é uma das 27 unidades federativas, localizada no centro da Região Sul do país, com 295 municípios que compõem 20 microrregiões. Estas regiões sediam as Fundações Educacionais, mantenedoras das Universidades, conforme se destaca a figura 2.

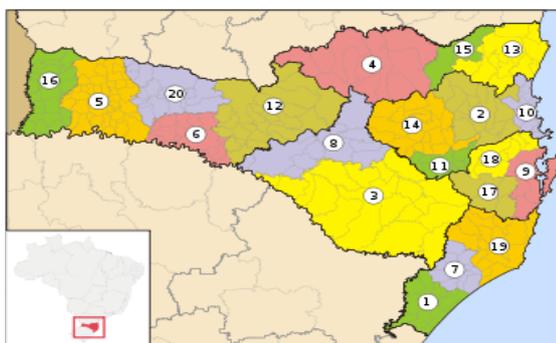


Figura 2. Mapa do Estado de Santa Catarina – Microrregiões

Fonte: www.sc.gov.br

¹ Atualmente, a UNERJ é administrada pela Universidade Católica de Santa Catarina.

2 Procedimentos Metodológicos

A investigação caracteriza-se como uma pesquisa documental, porém no campo específico de sua produção, o ensino superior, tendo como pano de fundo o levantamento de documentos produzidos pelas 10 universidades comunitárias integrantes do sistema ACADE. As técnicas para coleta de dados foram aquelas pertinentes ao tipo de estudo: contato com os informantes-chave, seleção e análise de documentos. Para a coleta de dados foi elaborado, previamente, um roteiro pontuando os temas fulcrais para o propósito da investigação.

Considerando a opção metodológica e pela natureza dos documentos situarem-se no plano discursivo e os dados coletados se revestirem de significado pela linguagem escrita, os procedimentos para a análise e a interpretação, sustentaram-se na análise de conteúdo, referencial construído por Bardin (2009), na tentativa de encontrar expressões e/ou unidades de sentido desveladoras das estratégias das universidades na constituição de políticas institucionais de permanência dos estudantes. Para se efetivar a análise e interpretação dos documentos, três etapas foram consideradas básicas no processo de análise e interpretação dos textos dos documentos.

a) Na primeira etapa foi realizada a pré-análise, isto é, a leitura e análise textual dos documentos, das 10 universidades pesquisadas, para definir as unidades de conteúdo (registro e contexto).

b) Na segunda etapa, operou-se com os processos de codificação, mediante a organização de um quadro, reunindo as unidades de sentido, tendo como critério a preponderância da ocorrência; a classificação, resultante do agrupamento das unidades de sentido, adotando-se os critérios de inclusão e exclusão, o que representou a produção de sínteses coincidentes e/ou divergentes.

c) Na terceira etapa, fez-se a interpretação inferencial, na tentativa de desvendar o conteúdo subjacente do que foi manifesto, mensagens implícitas e, ou silenciadas nos textos dos documentos.

À medida que as evidências emergiam eram agrupadas de acordo com a convergência ao enunciado do problema, configurando a aproximação de três dimensões: modelos organizacionais, formação e qualidade social e políticas de atendimento aos discentes. Destas três dimensões, constituíram-se as categorias de análise, dando forma à constituição dos resultados. As análises dos textos dos documentos possibilitaram fortalecer a interpretação para prosseguir na caminhada, estabelecendo as relações possíveis entre o estado de conhecimento e a empiria. O registro deste processo configura-se na figura 3, a seguir.

ELEMENTOS DE ANÁLISE	DIMENSÕES	CATEGORIAS
<ul style="list-style-type: none">- Base de dados da ANPEd, Banco de Teses da CAPES, Censo da Educação Superior MEC/INEP- Referencial teórico: marcos referenciais e conceituais- Documentos das IES- Memória Institucional: ACADE e IES- Estatuto das Fundações- Configuração e Natureza Jurídica das IES- Organização Universitária- Regimentos da IES- PDIs- PPIs- Relatórios: MEC, OCDE, ANDIFES e FONAPRACE- Relatórios de Avaliação Institucional- Constituição Federal- Constituição Estadual	Modelos organizacionais	- A constituição das instituições de ensino superior em Santa Catarina
	Formação e qualidade social	- A ação institucional - Previsão e provisão (Planejamento) - Formulação e Materialidade
	Políticas de atendimento aos discentes.	- Políticas de assistência ou políticas de permanência?

Figura 3. Constituição das categorias de análise

Fonte: Elaborado pela pesquisadora

2.1 Do abandono à permanência: o que revelam os dados?

A partir da análise dos documentos produzidos e sistematizados pelas instituições investigadas, no âmbito das Universidades Comunitárias afiliadas à ACAFE, disponibilizados pelos informantes-chave e, de acordo com o que foi proposto na metodologia, apresentam-se os dados coletados, seguindo-se a análise dos resultados da investigação, cujo propósito foi o de elucidar o que se apresentou como problema considerando, também, a inserção dos dados do sistema publicados na tabela abaixo.

Tabela 1

Relação percentual de ingressantes e de concluintes - cursos de graduação - 2013

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Total Geral	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
Número de Instituições	2.391	301	106	119	76	2.090
Educação Superior - Graduação						
Cursos	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199
Matriculas	7.305.977	1.932.527	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
Ingresso Total	2.742.950	531.846	325.267	142.842	63.737	2.211.104
Concluintes	991.010	229.278	115.336	82.892	31.050	761.732

Nota. Fonte: MEC/Inep, 2013.

O primeiro ponto de referência na análise dos documentos disponibilizados, pelas dez instituições universitárias, concentrou-se no memorial de cada uma, na organização universitária, na natureza jurídica, finalidades e objetivos. No dizer de Oliveira (2007), a estrutura organizacional é o instrumento administrativo resultante da identificação, análise, ordenação e agrupamento das atividades e dos recursos, incluindo os estabelecimentos dos níveis de responsabilidade e dos processos decisórios, visando ao alcance das finalidades e objetivos estabelecidos nos planos e programas institucionais. Portanto, na estrutura organizacional uma, dentre as muitas possibilidades administrativas, pode-se assegurar as condições para criar, implantar e concretizar políticas.

No dizer de Gibson et al (2006, p. 12) “uma estrutura organizacional representa padrão formal de atividades e inter-relações entre as várias subunidades de uma organização”, expressa no organograma que é uma representação gráfica dos cargos e destes em relação às atividades da organização de forma visual. No organograma revela-se como se dão as relações, a divisão do trabalho, as posições existentes na instituição, o agrupamento em unidades e a autoridade formal, segundo Mintzberg (1995), coloca-se em evidência a comunicação institucional entre os gestores.

É comum, na estrutura das instituições, especialmente das instituições universitárias, dentre as diversas atividades, constar no organograma as atividades fim e as atividades meio. Embora, as áreas/funções/atividades estejam desenhadas no organograma, definindo responsabilidades, de forma destacada, todas, no conjunto, estão interligadas e, portanto, são corresponsáveis pela articulação entre meios e fins, a materialização da missão institucional. O organograma institucional possibilita a leitura do instituído, bem como, os níveis de responsabilidade pela concretização das finalidades e objetivos, como no caso em estudo, a política, programa ou projeto para assegurar a permanência dos estudantes em seus cursos, como exemplificado na figura 4.

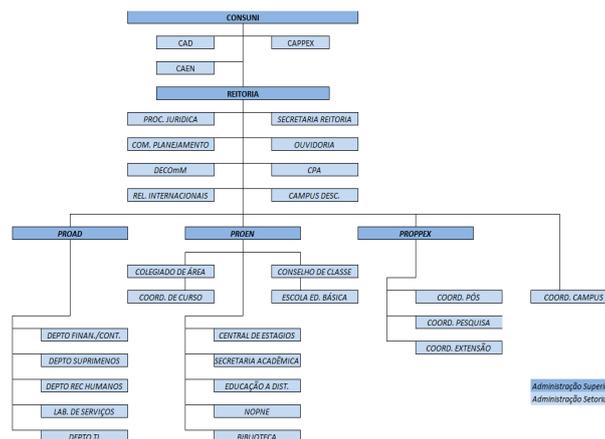


Figura 4. Exemplo de Organograma Institucional

Fonte: Reitoria da IES

Interpretando os organogramas das 10 universidades pesquisadas, pode-se inferir, pela similaridade dos delineamentos, como no exemplo, da figura 4 acima, que todas se valem do modelo clássico, verticalizado, confirmando-se os estudos de Sander (1995), sobre o escopo da administração no contexto latino-americano, em que a gestão da educação, no Brasil, seguiu o movimento das teorias pedagógicas e administrativas, vinculadas à natureza normativa, tendo como critério o desempenho administrativo caracterizado por uma sistemática divisão do trabalho, atendendo a uma racionalidade ajustada aos objetivos do sistema regulador, ao qual pertencem, e à adequação dos meios aos fins.

À luz do que se configura, pode-se inferir a proeminência da homogeneidade entre as instituições que se situam no contexto da ACADE, na perspectiva do isomorfismo. As IES vivenciam o mesmo conjunto de condições, comungam conceitos, padrões e práticas organizacionais institucionalmente legitimados.

Ressalta-se, ainda, que esta configuração comum das IES, em estudo, encontra-se na origem da constituição das mesmas. Na análise dos documentos destas 10 universidades, constata-se que as fundações, entidades mantenedoras, foram criadas e organizadas da mesma forma, por Lei Municipal, com a mesma natureza jurídica, com as mesmas finalidades, com os mesmos princípios, os mesmos objetivos e, até, cursos superiores similares. Da mesma maneira, o desenho da transposição do ente fundacional, para o ente acadêmico, também, foi o mesmo.

Salvaguardando a oficialização do caráter comunitário, sem exceção, as IES, objeto de estudo, são instituições de personalidade jurídica de direito privado (ainda que criadas por Lei Municipal), de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, cuja finalidade é promover a cultura, a arte, a ciência e a tecnologia, fomentar o desenvolvimento regional e prestar assistência social à comunidade, em sintonia com a legislação vigente. Neste aspecto, deduz-se que a finalidade de prestar assistência social à comunidade, desdobra-se em múltiplas ações, contemplado, entre a prestação de serviços, as atividades de extensão e a assistência ao estudante.

Em outros documentos que dispõem sobre os docentes e discentes há, implicitamente, indícios da preocupação com a permanência dos estudantes no curso, na determinação de que os docentes devem zelar pela aprendizagem dos alunos. E, aos estudantes é garantida a assistência pedagógica, financeira e de orientação pessoal. Está, ainda, explícito que esta incumbência incide na área de ensino de graduação, articulada às áreas de administração, de pesquisa e de extensão.

É pertinente citar que nos documentos analisados, em se tratando da constituição da macro política institucional, tendo em vista a proposição de ações que materializariam as finalidades e os objetivos

descritos, facultava-se a criação de órgãos/setores de assessoramento aos gestores, com relação ao fazer da universidade (gestão do ensino, gestão da pesquisa e gestão da extensão). No caso para a assistência ao estudante de graduação, foram criados, pelas pró-reitorias das IES, programas e projetos, denotando a preocupação com a evasão e/ou abandono. A denominação varia, mas os objetivos e as formas de operacionalização são semelhantes: Programa de Apoio Pedagógico, Política de Atendimento aos Discentes; Programa de Atenção aos Discentes, Programa de Orientação à Carreira e Empregabilidade e Programa de Acompanhamento Psicopedagógico.

Ao se identificar estes programas, vislumbrou-se o embrião de uma política de permanência de estudantes nas IES, filiadas à ACAFE. Entretanto, os indicativos eram, ainda, insuficientes para fazer qualquer inferência a respeito, nesta altura da investigação. Passou-se, então, à análise dos outros documentos à procura de indícios do desenvolvimento de uma política de permanência dos estudantes dos cursos de graduação, mediante as ações e ou procedimentos que produzissem a sua materialidade. Considerou-se, que ao pensar e fazer a universidade, consonante com a sua finalidade, como instituição social, nos planejamentos se revelasse a relação: abandono e permanência.

Dando sequência à análise dos planos e projetos específicos com foco na relação abandono e permanência do estudante, no período de 2009 a 2014, foram examinados: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Relatório da Avaliação Institucional que, em atendimento à Lei Nº 10.861/14/04/2004, Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) são instrumentos de gestão, definidores da vida institucional, pois detalha a previsão e a provisão do funcionamento da universidade. “Constituiu-se um aspecto da administração, juntamente com política, planejamento e avaliação” (FRANCO, M. E. D. P.; WITTMANN, L. C., 2006, p. 26-28).

Remetendo ao pensamento de Veiga (2004), cada instituição de educação nasce com propósitos próprios e se organiza conforme seus dispositivos estatutários e regimentais. A implementação e o controle da oferta das atividades educacionais que intenta, exigem planejamento criterioso e intencional voltado para o cumprimento de sua função social. O PDI e o PPI são instrumentos, que se encontram muito além do horizonte administrativo e pedagógico. O caráter filosófico e político que nortearão as práticas acadêmicas da IES alinham-se à inserção regional, vocação e missão da universidade.

Do diálogo com o escrito, foram emergindo os conceitos-chave. Verificando-se a incidência destes conceitos, tendo como fio condutor a pergunta de partida e as possibilidades de construção do espaço para a interlocução com a produção teórica dos autores que estudam a temática em pauta, os resultados foram organizados em um quadro representativo da síntese do processo, o qual se visualiza adiante. Ressalta-se que para garantir a confidencialidade dos dados, as universidades foram denominadas com letras do alfabeto.

Pode-se constatar, desse modo, que no período de vigência dos PDIs e PPIs das 10 universidades, aproximadamente, em uma década (2010 a 2019), a mesma denominação vem se mantendo no que tange aos conceitos denominados de políticas de permanência dos estudantes, com dois focos distintos: políticas institucionais e políticas de atendimento aos discentes. Com relação às políticas de atendimento ao discente, chama-se à atenção para o que as universidades conceituam de assistência ao estudante e de atendimento aos discentes, ou vice-versa. Não há distinção entre os significados, conforme constata-se na figura 5 a seguir. Entende-se que não são sinônimos e sim, conceitos distintos. Conceber uma política de permanência do estudante é de maior amplitude do que ações pontuais que constam nos PDIs e PPIs. Cabe a diferenciação entre uma política promotora da permanência do estudante e da terminalidade do curso, com êxito, para além da ordem e da regulação, preconizada pela Lei Nº 10.861/14/04/2004.

UNIVERSIDADE	PERÍODO	DENOMINAÇÃO	INDICADORES DE POLITICA DE PERMANÊNCIA	
			PDI	PPI
1. "B"	2010-2015	Políticas Acadêmicas	-Flexibilização e inovação do currículo - Inclusão digital -Acessibilidade -Internacionalização e mobilidade -Inserção na comunidade	- Políticas de Atendimento ao estudante e estímulo à permanência -Programas de apoio: financeiro, psicossocial, atendimento educacional especializado, organização e participação estudantil e acompanhamento dos egressos
2. "T"	2015-2019 (Em construção)	Políticas Institucionais	-Assistência ao estudante: orientação à carreira e empregabilidade - Estudo sobre evasão -Relacionamento e atendimento aos estudantes: acessibilidade, psicopedagogia, nivelamento e apoio financeiro	- Atendimento Educacional Especializado - Flexibilidade curricular e mobilidade acadêmica - Unidades de Articulação Acadêmica -Administração dos itinerários formativos
3. "I"	2012-2016	Políticas de atendimento aos discentes	-Programa de acessibilidade no ensino superior -Mobilidade acadêmica -Programa de apoio financeiro, psicopedagógico, didático e tecnológico	- Melhoria da qualidade do trabalho docente e do ambiente institucional -Flexibilidade curricular e inovação pedagógica -Política de permanência dos discentes
4. "J"	2012-2016	Políticas de atendimento aos discentes	-Acolhimento e integração do ingressante -Central de Relacionamento com o Estudante -Expansão da acessibilidade e da permanência do estudante na instituição	-Ações de combate à evasão -Inovação pedagógica e curricular -Programas de apoio: financeiro, pedagógico, psicossocial, atendimento educacional especializado -Mediação do processo de integração dos ingressantes
5. "S"	2013-2017	Assistência ao estudante	- Atendimento ao aluno	Espaço para acolhimento e escuta - Bolsa de estudo - Financiamento e desconto -Atendimento psicológico -Inclusão e acessibilidade
6. "M"	2014-2018	Políticas acadêmicas	- Políticas de atendimento aos discentes	-Oportunidades diferenciadas de integralização curricular -Desenvolvimento de metodologias interativas -Programas de assistência ao estudante
7. "C"	2013-2017	Políticas institucionais	- Ingresso e permanência dos alunos na graduação	-Educação Inclusiva -Mobilidade acadêmica - Atendimento ao estudante -Programa de apoio financeiro -Orientação educacional
8. "L"		Políticas de atendimento aos alunos	- Serviços de excelência aos alunos	-Suporte: nivelamento, monitoria e atividades complementares -Atendimento psicopedagógico -Programa de apoio pedagógico - Inclusão
9. "P"	2012-2016	Serviço de apoio ao estudante	- Bolsa de assistência social	- Crédito universitário - Bolsa de estudo e pesquisa - Programa de atendimento a pessoa com deficiência - Financiamento Estudantil (FIES)
10. "U"	2014-2018	Gerenciamento do relacionamento com os estudantes	Estrutura de Atendimento ao discente	-Acessibilidade -Programa de Bolsas de Estudo -Divisão de apoio ao estudante -Projeto Metamorfose -Oficinas temáticas -Atendimentos de educação inclusiva-Intervenção em turmas/grupos

Figura 5. Análise de conteúdo dos PDIs e PPIs

Fonte: Elaboração da autora a partir dos documentos disponibilizados pelas IES filiadas à ACAFE

Retomando-se a tarefa da análise documental em interlocução com a produção teórica, autores como Neubaer & Ordóñez (2009) explicitam o fenômeno do reposicionamento das universidades, no cenário atual. Além do campo científico e da determinação do lugar da formação e qualificação da população para o contexto produtivo, ao mesmo tempo, competindo com os mecanismos de mercado das economias mais desenvolvidas, as universidades catarinenses assentaram seus planos e

projetos em teorias organizacionais competitivas que retratam a eficiência e a eficácia, em ações estratégicas, ou seja, fazem a gestão da permanência do estudante no curso e ou na instituição, ratificando o posicionamento de Cabrera (2006), quando cita as variáveis que subsidiam a gestão da permanência do estudante: os fatores pessoais do estudante (psicossociais); os fatores institucionais (aspectos administrativos formais e os procedimentos técnicos operacionais decorrentes) e os fatores acadêmicos (seleção, admissão e integralização curricular).

Outras variáveis, de caráter preditivo e de acompanhamento segundo Seidman (2013), ao que se infere, não são evidenciadas, como a trajetória escolar do estudante ao longo do seu percurso formativo e o envolvimento da IES com a educação básica que são tão importantes como as outras variáveis citadas. Aliás, a este respeito, as críticas de Metzner (2004) são procedentes, quando aponta as debilidades do modelo gerencial, em função da supervalorização das variáveis que atribuem à evasão o fracasso pessoal do estudante, como Casillas et al. (2007) cujos estudos constataram que dentre “diversos tipos de estudantes com variadas origens sociais e diferentes trajetórias existem estudantes exitosos com baixo capital cultural, ao lado de estudantes com alto capital que abandonam seus estudos”.

Retomando ao que foi assinalado anteriormente, por força de lei, a partir das determinações prescritas no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) as universidades submetem-se a um processo avaliativo, regido por instrumentos dos quais fazem parte a Avaliação Externa, o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e a Avaliação dos Cursos de Graduação. Os resultados das avaliações das IES são publicados, revelando o panorama da qualidade dos cursos, a eficácia e efetividade institucional acadêmica e social, fornecendo ao estudante e/ou aos pais de estudantes e órgãos governamentais, informações sobre a realidade das IES e de seus cursos. Esta visibilidade exige um posicionamento mais substantivo e estrategicamente defensável, em prol de políticas centradas na permanência do estudante, nos cursos de graduação, além da perspectiva assistencialista. Pois, baixo índice de diplomação não só expõe os problemas institucionais com relação à satisfação das necessidades e expectativas de seus estudantes, mas também representam o fracasso simbólico na realização das finalidades e objetivos da IES. Boas taxas de diplomação/permanência, ao contrário, qualificam as políticas de intervenção na consolidação dos propósitos institucionais.

3 Considerações Finais

Durante o processo de análise dos documentos produzidos pelas IES, pesquisadas, infere-se que tenha se tornado evidente mediante os esforços das 10 universidades comunitárias, a contribuição dada ao ensino superior catarinense, mas também a necessidade de superação dos inúmeros desafios que estão postos pelas demandas locais e regionais, emergentes, em um contexto global em mutação constante, como também responder às exigências de um sistema regulador, segundo Morosini (2014, apud DIDRIKSSON, 2012) assentado, ainda, em parâmetros de um modelo de educação superior do século XIX, cujas raízes históricas, no Brasil, estão muito presentes em cenários heterogêneos e desiguais, em face do que se encontra emergindo.

A partir da formulação de uma política institucional, centrada na permanência do estudante (criação, implantação e implementação) como um fator preponderante na terminalidade, com êxito, do curso de graduação e da busca de verificação de sua materialidade, pelo conteúdo do que foi exposto, deduz-se, que apesar de todo o esforço e abnegação dos gestores, se faz necessário avançar, constituindo outra agenda. Faz-se necessário firmar uma política de permanência estudantil, em que se rompa com o viés da tutela e do assistencialismo. Uma nova agenda pautada na prevenção, na intervenção e no acompanhamento dos estudantes do ensino superior, considerando o direito à educação como um bem público. Se a educação superior é um bem

público, pode-se ter como princípio a equidade, como fim, no caso, a qualidade social e como objetivo, além do acesso, a terminalidade com êxito.

A universidade é o espaço onde a educação habita e que representa o complexo estágio de organização que uma sociedade atingiu. Neste espaço o enfrentamento se dá quanto à dimensão política, com relação ao direito do estudante, não só da garantia de acesso à educação, no caso, à educação superior, mas do direito de, neste espaço permanecer para aprender, para diplomar-se e para dar continuidade ao seu processo formativo.

Pelo que até esta altura foi exposto, para delinear uma política, de caráter preditivo, em prol da permanência dos estudantes nos cursos de graduação das afiliadas à ACAFE, o ponto de partida situa-se na dimensão sociocultural e econômica dos sujeitos que acessam aos seus cursos. Se as universidades estão voltadas para dar conta das necessidades sociais de seu entorno, espera-se que os resultados apresentados, contribuam para provocar a reflexão sobre a eficácia dos programas de permanência que, ainda, não traduzem a missão das universidades comunitárias catarinenses.

Referências

- BARDIN, L. (2009). Análise de conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.
- BRASIL, (2004). Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Lei nº 10.861/14/04/2004.
- _____, INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação superior. (2013). Resumo Técnico. Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, 2013. Recuperado de <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperiormai2013>.
- CABRERA, A., TOMÁS, J., Alvarez, P., & GONZÁLEZ, M. (2006). El problema del abandono de los estudios universitarios. *Relieve*, 2006 nº12 (2), 171. Recuperado de <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2388882>.
- CASILLAS, M., R. CHAIN y N. JACOME (2007). Origen social de los estudiantes y trayectorias estudiantiles en la Universidad Veracruzana. In: *Revista de la Educación Superior*. v. xxxvi, nº. 142.
- FRANCO, M. E. D. P.; WITTMANN, L. C. (2006). Verbete. In: _____. *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*. RIES/Inep/MEC. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- GIBSON, JAMES et. al. (2006). *Organizações: comportamento, estrutura e processos*. (Tradução de Suely Sonoe Murai Cuccio). São Paulo: McGraw-Hill.
- METZNER, G. (2004). Challenge and changes to Tinto's persistence theory: A historical review. In: _____. *Journal of College Student Retention*, v. 6, nº.2, p. 191-207.
- MINTZBERG, Henry. (1995). **Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações**. São Paulo: Atlas.
- MOROSINI, M. C. (2014). Qualidade da educação superior e contextos emergentes. In: _____. **Revista Avaliação**, Campinas: Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul.
- _____, (Org.). (2011). **A Universidade no Brasil: concepções e modelos**. 2 ed. GT Política de Educação Superior/Anped. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- NEUBAER & ORDÓNEZ NEUBAER, Deane & ORDÓÑEZ, Víctor. (2009). O novo papel da educação globalizada em um mundo globalizado. In: **Educação superior em um tempo de transformação: novas dinâmicas para a responsabilidade social**. Tradução Vera Muller, Porto Alegre: EDIPUCRS.
- OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. (2007). **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Atlas.
- RICKEN, Inácio (1981). Planejamento do ensino superior: sua aplicação ao sistema das IES Fundacionais de Santa Catarina. Florianópolis. **Dissertação de Mestrado em Administração Universitária**. Curso de Pós-Graduação em Administração/CSE, Universidade Federal de Santa Catarina.
- SANDER, Beno (1995). Administração da educação e relevância cultural. In *Gestão da educação na América Latina*. Campinas, SP: Editora Autores Associados.
- SEIDMAN, Alan. (2013). Crossing the finish line: retaining and graduating our students. Conferencia Latinoamericana Sobre El Abandon En La Educación Superior. Key speaker. México, UNAM.
- VEIGA, Ilma P.A. (2004). Educação Básica e Educação Superior: projeto político pedagógico. 1ª ed. Campinas: Papirus.